



A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem pautado a sua actividade cívica no sentido de promover e defender os Direitos Humanos.

É hoje unanimemente reconhecido ser a violência uma forma de obstaculização e impedimento do exercício dos Direitos Humanos, por ser o modo como se manifesta uma organização social hierarquizada, na qual as Mulheres e as Crianças têm uma posição subalterna, e mesmo nalguns casos, subordinada.

No entender da **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**, de entre as diferentes formas de manifestação da violência, assume particular importância a que tem lugar na família.

As inovações legislativas que, neste campo, têm sido levadas a cabo em Portugal desde a instauração da Democracia conduziram primeiramente à consagração de princípios estruturantes do Estado de Direito, como o da igualdade entre os cônjuges, ou do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, e procuraram, depois, responder à necessidade de prevenir e punir as condutas violentas na família.

Porém, a violência que continua a ser exercida contra as mulheres e as crianças no âmbito uma relação familiar violenta, que muitas vezes prossegue mesmo após o divórcio ou a separação, comprova ser indispensável ir mais além.

Torna-se, assim, imperioso estudar, analisar, debater e encontrar as soluções possíveis para assegurar o direito à integridade pessoal e ao livre desenvolvimento da personalidade das vítimas da violência na família, tanto mais que estes são direitos fundamentais, constitucionalmente garantidos.



Consequentemente, é necessário edificar um quadro normativo coerente, eficaz, e adequado ao completo exercício dos seus direitos de cidadania.

As recentes alterações ao regime jurídico do divórcio e as sucessivas modificações legislativas sobre a partilha das responsabilidades parentais têm gerado situações que, no entender da **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**, não só não acautelam devidamente a tutela dos direitos das vítimas de violência familiar, como também proporcionam a ocorrência de condições para manter e intensificar essa violência.

O silenciamento ou a desvalorização da violência na família não pode ter lugar nos Tribunais, sob pena de estes não corresponderem ao imperativo constitucional de garantes da defesa dos direitos individuais e sociais.

Contudo, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem vindo a constatar que em processos judiciais de regulação das responsabilidades parentais, em que se verificam situações de violência familiar, incluindo abusos sexuais de crianças, e em que há recusa de contacto da criança com o progenitor com quem não reside habitualmente, se utiliza um conceito - a alienação parental - e uma tese - a síndrome de alienação parental - que têm suscitado uma profunda controvérsia quanto à sua natureza, causas e consequências e cuja validade científica é abundantemente questionada.

Por esta razão, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** juntamente com outras entidades da sociedade civil, entenderam ser adequado promover a realização de uma Conferência Internacional que estudasse e debatesse este tema sob a perspectiva da defesa do superior interesse da criança.



Esta Conferência Internacional, que teve lugar em Lisboa, nos dias 3 e 4 de Novembro de 2011, fez confluír para a análise e discussão deste tema várias áreas do saber, nomeadamente o Direito, a Psiquiatria, a Psicologia, a Filosofia e as Ciências Sociais e da Educação.

E fê-lo através da apresentação de comunicações por parte de diferentes profissionais oriundas/os da Magistratura Judicial e do Ministério Público, da Advocacia e da Academia, designadamente da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, da Faculdade de Psicologia da Universidade Lusófona e da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Vigo, bem como também de vários especialistas, com grande experiência prática, na área da Protecção à Criança.

De entre todas/os as/os Conferencistas merece relevo a participação de especialistas vindas de Espanha e dos Estados Unidos, países onde o fenómeno da recusa acima referida foi já bastamente objecto de pesquisa científica, por terem contribuído com os seus conhecimentos teóricos e a sua experiência prática.

O interesse das crianças nos processos de regulação das responsabilidades parentais, a igualdade de género, os direitos da criança e a parentalidade, a violência doméstica e as suas consequências nas crianças, o abuso sexual de crianças e a síndrome de alienação parental, seus riscos e boas práticas em situações em que é invocada, foram os aspectos específicos em que se centrou a análise e o debate do tema.



A Conferência contou com uma adesão e participação superior a duzentas pessoas presentes em todas as sessões, sendo a sua maioria profissionais dos Tribunais, da Segurança Social e estudantes.

A preocupação comum às/aos Conferencistas e participantes foi a de interrogando-se sobre a realidade, procurar proceder à sua observação atenta e exame crítico, privilegiando sempre o pensamento científico, a racionalidade e o saber construído no dia a dia, nas luzes do entendimento e da liberdade de opinião.

*Do conjunto de todas as comunicações e da discussão delas resultante, crê a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** poder ser feita a seguinte súmula:*

O impacto sobre as crianças do divórcio ou da separação dos pais pode provocar reacções de recusa da criança em contactar com o progenitor que, em seu entender é responsável pela ruptura familiar. Nestes casos essa recusa é temporária, sendo esta situação ultrapassada no decurso do primeiro ano após o divórcio ou a separação.

Quando a recusa é persistente, as causas são em geral mais profundas e têm, também em geral, na sua origem, o comportamento dos pais que são alvo da rejeição.

Assim, considerando a complexidade destas situações, e a demasiado frequente verificação de ocorrências de violência intrafamiliar e interpessoal, ao ponto de ser considerada pela O.M.S. o maior problema de saúde pública da actualidade, não deverá partir-se do princípio de que as queixas são falsas, procurando-se antes, com o maior rigor, descobrir as causas da recusa.

Nos casos em que há condutas censuráveis de obstaculização sistemática aos convívios entre pais e filhos, não deverá jamais presumir-



se a falsidade das queixas de violência, pois que isso corresponde à negação de um fenómeno cuja dimensão sabemos dramática e que tem conduzido a profundo sofrimento.

As comunicações das/os palestrantes procuraram salientar como é difícil por vezes a prova da alegada violência, e fizeram notar os prejuízos que podem advir das decisões que interpretem de forma menos adequada os sinais, permitindo injustas mudanças de guarda, que causam perigo e muito sofrimento às vítimas.

Foi particularmente salientado o estado de receio e grande ansiedade das mães vítimas de violência doméstica, traduzida por vezes em ameaças contra a própria vida mesmo após a separação e que, podendo ser confundida com uma atitude menos colaborante, permite afinal, uma errada avaliação e que poderá conduzir à revitimização, se se insistir em aplicar as teses de R. Gardner, que advogava substituir o princípio da pessoa de referência pela tese da SAP, desvalorizando os sentimentos e a vontade das crianças.

Por isso, alguns fizeram notar que se mostraria aconselhável, por mais adequada, a consagração do tratamento diferente aplicável a situações diversas, a chamada cláusula de salvaguarda, que alguns ordenamentos jurídicos já prevêm para casos de alegada violência.

Foi frisada pela generalidade das/os Conferencistas a necessidade de se proceder a uma completa e aturada averiguação de todos os factos alegados pelos diferentes intervenientes processuais.

Foi ainda muito forte o apelo de diversas/os conferencistas ao direito da criança a ser ouvida, direito que deixou de ser apenas instrumental para poder ser alcançado o verdadeiro interesse da criança, mas que agora é considerado um direito fundamental da criança, visto que é hoje sujeito autónomo de direitos.



Em suma, entendeu-se que esta era uma matéria que merecia mais reflexão e debate sérios, por forma a permitir mais pensamento aprofundado e crítico, que conduza a decisões cada vez mais justas.

Em guisa de conclusão a A.P.M.J., para estudo destas matérias, não quer deixar de aconselhar a bibliografia e a documentação que se encontram disponíveis nas suas páginas na Internet.

Lisboa, Novembro de 2011